

CONSERVADORISMOS RELIGIOSOS E EDUCAÇÃO: DESAFIOS À LAICIDADE E AOS DIREITOS HUMANOS

OLIVEIRA, J.¹

¹ Doutoranda na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGED-UFF).
jupadilha@id.uff.br

Palavra-chave: LAICIDADE, CONSERVADORISMOS, EDUCAÇÃO

Nas últimas décadas, a educação pública brasileira tem se tornado palco de disputas políticas e ideológicas intensas. Em especial, temas como direitos humanos, gênero, sexualidade e diversidade cultural vêm sendo alvo de ataques sistemáticos por parte de alianças entre grupos conservadores e religiosos. Essa ofensiva não pode ser compreendida como algo espontâneo; trata-se de um projeto político articulado que, ao instrumentalizar pautas morais, busca restringir a atuação docente e silenciar debates fundamentais à democracia. O conservadorismo, compreendido como categoria histórica, é por natureza reativo. Ele emerge em oposição a transformações sociais capazes de alterar as relações de poder. No Brasil atual, observa-se a convergência entre setores religiosos e políticos que se valem do discurso moralizante para incidir sobre a formulação de políticas públicas educacionais. Essa influência se materializa de modo evidente na reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente após 2016. A retirada de termos como “gênero” e “orientação sexual” e a inclusão obrigatória do Ensino Religioso representam não apenas uma vitória conservadora, mas também uma afronta à laicidade do Estado e ao princípio da gestão democrática. Ao priorizar uma visão tecnocrática e homogeneizante da educação, a BNCC reduz a escola a espaço de treinamento vinculado a indicadores de mercado, negligenciando sua função cidadã e crítica (MENDONÇA, 2018). Tal esvaziamento curricular atende a um projeto político que pretende naturalizar desigualdades e enfraquecer o compromisso com os direitos humanos. Esse processo mostra como a educação é utilizada como campo estratégico para consolidar narrativas excludentes e reforçar hierarquias sociais históricas. Não se trata apenas de mudanças formais nos documentos oficiais. Há um movimento mais amplo, que envolve a ocupação de espaços institucionais, a aprovação de legislações e a disseminação de discursos que identificam o pensamento progressista como ameaça. Exemplo disso é o projeto “Escola Sem Partido”, que se apresenta como defesa da neutralidade, mas na prática atua como dispositivo de censura e



perseguição a professores (PENNA, 2018). O “outro” — progressistas, feministas, defensores da diversidade — é construído como inimigo que ameaça a família tradicional e a ordem social. Esses embates não anulam, contudo, a capacidade de resistência presente no cotidiano escolar. Experiências inspiradas em Paulo Freire (1965, 1970), bell hooks (2013, 2020, 2021), Antonio Bispo dos Santos (2023) e José Antonio Sepulveda; Denize Sepulveda (2016) mostram que os espaços educativos pode ser também espaços de emancipação. Práticas pedagógicas inclusivas, comprometidas com a diversidade, a democracia e com a laicidade, são formas concretas de contrapor-se às narrativas conservadoras. O fortalecimento da liberdade de cátedra e da gestão democrática torna-se, assim, condição essencial para preservar a função social da educação pública. Diante disso, a análise das ofensivas conservadoras não deve restringir-se à denúncia. É necessário criar alternativas que reafirmem a escola como território de pluralidade e de promoção dos direitos humanos. A defesa de uma educação crítica, inclusiva e laica é tarefa urgente para pesquisadores, docentes e sociedade civil. Em tempos de avanço conservador, sustentar esses princípios significa lutar pela própria democracia.

Agradecimentos: Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGEDUFF), Colégio Universitário Geraldo Reis (COLUNI).



I SEMINÁRIO NACIONAL DO ONVE

Educação democrática,
direitos humanos e
enfrentamento às violências

24, 25 e 26 / novembro
UFF - Niterói



observatório nacional da
violência contra educadoras/es